

RECENSÕES CRÍTICAS

ISABEL MACHADO, *VITÓRIA DE INGLATERRA,*
A RAINHA QUE AMOU E AMEAÇOU PORTUGAL. LISBOA:
A ESFERA DOS LIVROS, 2014.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva
FCSH – Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

Na sequência da publicação de *Isabel I de Inglaterra e o seu Médico Português*¹, em 2012, Isabel Machado lançou no corrente ano um novo romance intitulado *Vitória de Inglaterra, A Rainha que Amou e Ameaçou Portugal*. Trata-se, de acordo com a escassa informação que possuímos², do segundo trabalho da autora no domínio da ficção histórica, sendo todavia definido pela autora, algo modestamente, como simples biografia romanceada³. Curiosamente ambos os romances têm como personagens centrais rainhas inglesas, atribuindo em simultâneo particular destaque às relações luso-britânicas, em especial aquele que é objecto desta recensão. Deste modo e tendo em consideração a temática abordada na narrativa, julgamos ser imprescindível efectuar a sua apreciação e análise nas páginas de *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*.

Antes mesmo de procedermos a uma abordagem crítica da obra compete-nos proceder à apresentação da autora.

¹ Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

² Aquela que se encontra publicada nas badanas do volume em epígrafe e no *site* da editora A Esfera dos Livros, para a qual remetemos o leitor.

³ Veja-se a este propósito a “Nota da Autora” (400-401), publicada em forma de posfácio ao romance, bem como o texto da contracapa onde se afirma: “Feita de contradições, a cada página desta biografia romanceada descobrimos uma mulher sensual, de paixões violentas e humores oscilantes, marcada pela alegria, pelo amor do seu povo e pela tragédia.”

Jornalista de profissão, Isabel Machado é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade de Lisboa, tendo sido galardoada com prémios jornalísticos e literários. Fez trabalhos de tradução e interpretação simultânea, leccionou Português e Francês no Ensino Básico e Português como língua estrangeira. No âmbito da carreira jornalística, Isabel Machado desempenhou durante onze anos as funções de *pivot* e jornalista da Televisão de Macau, colaborando em simultâneo com publicações locais. De regresso a Portugal, entre 2003 e 2011, foi *pivot* do Canal Parlamento.

Partiremos para esta breve leitura de *Vitória de Inglaterra, A Rainha que Amou e Ameaçou Portugal*, começando por analisar a sua estrutura interna. Deste modo, a narrativa encontra-se organizada em quatro partes, correspondentes a quatro fases diferentes do percurso biográfico da soberana e igualmente das relações luso-britânicas:

– A primeira (que engloba os capítulos 1 a 7 e abarca o período compreendido entre 1838 e 1840) narra os sucessos ocorridos entre a coroação de Vitória e o seu casamento com Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha, sintetizando, sobretudo através do registo diário, os episódios fundamentais da infância e adolescência da rainha.

– A segunda (capítulos 8 a 30) descreve o percurso da soberana entre a data do seu casamento com Alberto e a morte do príncipe-consorte, cobrindo temporalmente todo o período compreendido entre 1840 e 1861.

– Segue-se a terceira secção do romance (capítulos 31 a 38), que abre com as exéquias fúnebres do Príncipe Alberto (Dezembro de 1861), que marcaram em definitivo o fim de uma época de harmonia e prosperidade na vida da família real, a fase mais brilhante do seu reinado e uma era de grande proximidade e intimidade entre as cortes portuguesa e britânica, que obviamente se reflectiu no curso das relações anglo-lusas. A autora faz coincidir a conclusão deste trecho da narrativa com a Primavera de 1875, isto é, com o início do *Late Victorian Period*, o auge da expansão imperial britânica, mas igualmente os primeiros sinais de dificuldades económicas e de declínio, com a crescente notoriedade no contexto mundial de novas potências como a Alemanha e os Estados Unidos, que colocavam em risco a hegemonia até então detida pelo Império Britânico. É igualmente neste período que se acentua “a corrida a África” e em que Portugal, o velho aliado da Grã-Bretanha, se irá definitivamente transformar num obstáculo à expansão da Velha Albion na África Central e Austral.

– O enfoque da quarta e derradeira parte da narrativa (capítu-

los 39 a 51) incide precisamente no período do *Scramble for Africa*, passando em revista episódios históricos como a Conferência de Berlim, o Ultimatum britânico a Portugal, as guerras com os *boers* e sucessos posteriores até à morte de Vitória, em 1901. Nela se descreve em pormenor a crescente agudização do conflito de interesses coloniais entre as duas nações aliadas e os consequentes dilemas enfrentados pela soberana, dividida entre a profunda amizade que nutria por Portugal e os interesses de Estado, que acabariam por se sobrepor aos motivos de natureza afectiva. Ao consequente declínio das relações anglo-portuguesas e ameaça de um efectivo eclipse da multissecular Aliança, segue-se um período de distensão e de reconciliação (eventualmente mais formal do que efectiva), que culminaria, após a morte de Vitória, com a visita oficial de Eduardo VII a Portugal.

Do ponto de vista diegético importa sublinhar a natureza polifónica do romance, alcançada através de uma consecutiva interpolação de vozes narrativas. Assim, a voz do narrador heterodiegético alterna sucessivamente com o discurso na primeira pessoa da rainha Vitória, num registo autobiográfico e diarístico (que nos atreveríamos a apelidar de monólogo interior) ou por vezes epistolar. A estas duas vozes narrativas que dominam a diegese há a acrescentar a das cartas trocadas entre elementos da família real portuguesa e a soberana britânica. Neste caso específico passamos, como adiante apontaremos, de um registo diarístico de natureza puramente ficcional (da pena de Isabel Machado), para a utilização de documentos históricos, muitos deles traduzidos livremente pela autora para português.

Somos, deste modo, colocados perante um texto de natureza compósita e fragmentária, complexo na sua estrutura, em que sucessivamente ecoam as vozes do narrador heterodiegético e onnisciente, que conduz e contextualiza a acção; a voz do diário ficcional de Vitória de Inglaterra (que em momento algum deverá ser confundido com os diários da soberana propriamente ditos, dos quais sobreviveram os volumes referentes ao período compreendido entre 1832 e os últimos meses da sua existência⁴) e, finalmente, as diferentes vozes das personagens

⁴ De acordo com alguns dos seus biógrafos, entre os quais citaremos Giles St. Aubyn e Christopher Hibbert, a Rainha Vitória manteve praticamente ao longo de toda a sua adolescência e vida adulta diários, totalizando cerca de 122 volumes. Após a morte da soberana, a sua filha mais nova, Beatriz, foi nomeada sua executora literária (por vontade expressa da própria rainha). É sabido que a princesa procedeu à transcrição dos textos redigidos pela sua progenitora desde a sua ascensão ao trono até ao final da sua longa vida. Porém, por motivos que certamente se terão prendido com questões

históricas centrais, através, sobretudo da transcrição de documentos históricos (cartas e telegramas trocados pela rainha com os seus familiares e sobretudo com a corte portuguesa). Estes últimos vêm em larga medida complementar informação, corroborar e sublinhar pormenores ou factos já anteriormente mencionados ou sugeridos, conferindo a necessária verosimilhança ao romance histórico, dando-lhe consistência, credibilidade e sustentação documental.

Importa a este propósito acrescentar que, de acordo com alegações da própria autora, efectuadas em jeito de posfácio ao próprio romance (400-401), mas igualmente em diversas entrevistas por esta concedidas por ocasião do lançamento deste livro, alguns dos documentos que incluiu na sua narrativa são inéditos, recolhidos durante o trabalho de pesquisa laboriosamente empreendido em arquivos nacionais e britânicos. Entre os acervos documentais que Isabel Machado alega ter consultado durante a sua estada na Grã-Bretanha, contam-se os de "...arquivos, bibliotecas, museus, igrejas e residências reais de Kensington, Windsor e Osborne...." (405) Em Portugal a autora recorreu sobretudo às colecções da Biblioteca Nacional de Portugal (405).

Trata-se efectivamente de uma obra de ficção bem estruturada e fundamentada na consulta de fontes primárias e secundárias, em parte elencadas na bibliografia selectiva apensa ao texto (402-404). Entre as obras do âmbito da historiografia portuguesa contemporânea a que a autora se sente particularmente devedora merecem referência os volumes *D. Pedro V* (2005) e *Correspondência entre D. Pedro V e o seu Tio o Príncipe Alberto* (1999), de Maria Filomena Mónica; *D. Luís* (2006), de Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes e *D. Maria II* (2005), de Maria de Fátima Bonifácio. No âmbito das fontes

de ordem moral, queimou em seguida os originais, à excepção de 13 volumes que cobrem o período de 1832 a 1836 e de alguns volumes de rascunhos. Todavia, muitos dos seus diários acabaram por subsistir, pois para além da versão autorizada (e certamente truncada) elaborada por Beatriz, *Lord Esher* (Reginald Baliol Brett, 2º Visconde Esher) conseguiu transcrever os volumes correspondentes ao período compreendido entre 1832 e 1840, antes mesmo de estes terem sido destruídos (V. Viscount Esher, ed., *The Girlhood of Queen Victoria: A Selection from Her Majesty's Diaries, between the years 1832 and 1840*. London: John Murray, 1912). Veja-se a este propósito o que nos dizem Giles St. Aubyn em *Queen Victoria, a Portrait*. London: Sinclair-Stevenson, 1991, e Christopher Hibbert na biografia intitulada *Queen Victoria, A Personal History*. London: HarperCollins, 2000. A versão oficial dos diários (revista e editada pela Princesa Beatriz) bem como os originais que sobreviveram às chamas encontram-se disponíveis, num total de 144 volumes, nos Royal Archives, no Castelo de Windsor, podendo ser igualmente consultados *on-line*, após obtenção de uma autorização prévia.

primárias Isabel Machado alude às compilações e levantamentos documentais e epistolares da autoria de Ruben Andresen Leitão, nomeadamente *Documentos dos Arquivos de Windsor* (1955), *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958) e *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1954). Entre os autores britânicos consultados avultam entre outros Richard Aldous, Walter Arnstein, Gillian Gill, Christopher Hibbert, Richard Holmes, Elizabeth Longford, Malyn Newitt, R. E. Pritchard e A. N. Wilson.

Após percorrermos atentamente toda a obra e procedido a repetidas leituras da mesma, apenas uma questão subsiste sem resposta – terá a autora consultado os diários de Vitória de Inglaterra e buscado na leitura dos mesmos inspiração para a elaboração do diário ficcional da soberana? Terá Isabel Machado pretendido evitar uma eventual colagem excessiva a textos de natureza autobiográfica, que certamente retirariam à narrativa parte da sua componente ficcional e limitariam a sua capacidade criativa? A ausência de qualquer referência a esta questão na componente paratextual do volume despertará eventualmente a curiosidade do leitor mais atento e experiente, nele originando dúvidas e interrogações; sobretudo ao sabermos que a autora consultou os Royal Archives de Windsor (405) e se preocupou em percorrer exaustivamente a correspondência pessoal, oficial e diplomática trocada entre as duas cortes durante todo o reinado de Vitória (400-401).

A escrita de Isabel Machado é fluente, cativante e transparente, tornando a leitura do seu romance bastante acessível ao público português, esmagadoramente pouco familiarizado com as temáticas nele abordadas – o percurso biográfico da soberana e as relações luso-britânicas ao longo do seu reinado. Nessa medida julgamos tratar-se de um veículo ideal para a divulgação cultural e histórica, um dos objectivos que pensamos ter estado na mente da autora ao lançar-se nesta sua segunda incursão no domínio da ficção histórica. Independentemente do subgénero da narrativa em que o pretendamos inserir (romance histórico ou biografia romanceada, como a autora prefere designá-lo), Isabel Machado revela-se uma investigadora persistente e rigorosa, conseguindo utilizar habilmente as fontes consultadas em função de uma reconstituição realista e pormenorizada dos contextos histórico, cultural, social e político britânico, português e europeu.

Ao longo do romance a autora desconstrói hábil e laboriosamente a imagem mítica da rainha britânica, associada no imaginário colectivo ao perfil austero e puritano da estadista. Ao invés, Isabel Machado apresenta-nos uma mulher sensual

e apaixonada (41-42, 70-72, 86-88), em larga medida liberta dos constrangimentos morais e da austeridade habitualmente associados à sua época, a quem o processo da maternidade repugnava e fazia sofrer (41, 81, 86, 91), não obstante ter sido uma mãe extremosa, e a quem a condição de esposa submissa e dócil, obrigada pelo seu estatuto a oferecer um herdeiro à Coroa Britânica, profundamente desagradava (105).

Vitória surge aqui representada em toda a sua complexidade como ser humano, sendo olhada em dois planos distintos – por um lado a monarca e a chefe de estado do império mais poderoso da época, por outro a mulher simples e informal, que detestava o cerimonial da corte e os preconceitos da sua própria classe, contra os quais frequentemente se rebelava (18-19, 50, 266-267), chegando por vezes a transgredir deliberadamente regras protocolares (43-44, 254, 261-262, 278-280, 287-289, 294). A autora familiariza o leitor com as facetas menos conhecidas de uma rainha que se insurgia contra a xenofobia e o racismo dos seus compatriotas (62) e manifestava a sua solidariedade para com os mais desfavorecidos (39-40, 98, 101-102, 112). Recorrendo repetidamente ao registo diarístico, Isabel Machado desvela ante os olhos dos seus leitores aspectos da intimidade de Vitória, apresentando-a como uma mulher profundamente apaixonada pelo seu marido, o Príncipe Alberto, com quem casara por amor (prerrogativa que viria, aliás, a conceder aos seus nove filhos), mas simultaneamente como uma figura feminina de uma sensualidade transbordante (quase impúdica, tendo em conta os rígidos parâmetros morais da sua época), que se deixava seduzir pela beleza masculina (25, 49-50, 52, 56, 71-72, 266-267). Essa sua fraqueza pelos sortilégios do sexo masculino levá-la-ia, após a morte do marido, a aproximar-se de outra misteriosa personagem, o seu fiel *ghillie*, John Brown (criado e guarda-costas de origem escocesa), com quem, de acordo com diversas fontes biográficas, poderá ter mantido uma relação íntima ou, pelo menos, uma *amitié amoureuse* (261-262, 278-280, 287-289, 297-299, 309, 326-330). Para escândalo da sua família e de toda a corte, a rainha viria ainda, já no final da sua vida, a estabelecer laços de estreita amizade com o seu criado indiano, posterior secretário particular e professor de língua hindi, Abdul Karim (347-349, 351-352), considerado por muitos um oportunista e um mero extorsionista, a quem Vitória concederia todo o tipo de favores e cobriria de prebendas.

No início da narrativa, a rainha é sobretudo apresentada como uma adolescente inexperiente, acabada de subir ao trono e recentemente enredada nas labirínticas teias do poder, na dependência de figuras tutelares, como a do primeiro-ministro

whig, Lord Melbourne (25, 29, 30-31, 43-44) de quem mantinha uma grande proximidade, mas igualmente do seu tio Leopoldo I da Bélgica (21-22, 33-36, 63-64, 70-71), que, sem dúvida, viria a utilizar o seu forte ascendente sobre a jovem soberana, no intuito de concretizar o seu ambicioso projecto de transformar a família Saxe-Coburgo-Gotha na mais influente do Velho Continente, através de uma hábil política de casamentos e uniões dinásticas, de que foram precursores os matrimónios de Vitória de Inglaterra e de D. Maria II, respectivamente com os seus sobrinhos Alberto e Fernando.

Numa fase posterior da narrativa, que nos descreve a soberana na fase da maturidade, Vitória surge-nos então representada como uma mulher já independente, insubmissa, que muito embora assumindo integralmente o seu estatuto de monarca constitucional, jamais deixaria de desempenhar um papel muito activo e determinante nos assuntos de estado e, naturalmente, também no âmbito das relações luso-britânicas, sobretudo em defesa da Velha Aliança. Não obstante as sucessivas *Reform Bills*, que diminuíram drasticamente o poder da Câmara dos Lordes e do próprio monarca, alargando proporcionalmente a esfera de acção, a representatividade e influência da Câmara dos Comuns, a soberana nunca deixaria de ser uma voz respeitada e decisiva nos momentos cruciais da vida política do seu tempo. É fundamental sublinhar que a Rainha Vitória foi a monarca inglesa que assistiu ao longo da sua vida e do seu reinado à transição do Reino Unido da monarquia constitucional para a democracia, à transformação da sua pátria numa potência imperial e hegemónica, à consolidação do seu país como nação industrializada e à sua afirmação como vanguarda do desenvolvimento científico e tecnológico, a nível mundial.

A par de Vitória a personagem a que a autora dedica maior empenho na sua caracterização e descrição é sem dúvida a figura de Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha (50-57, 63-65). Se inicialmente o jovem príncipe e futuro rei-consorte é representado como um jovem casto, puritano, detentor de uma vasta cultura humanista e que por isso mesmo entrevia nas elites endinheiradas britânicas apenas filistinismo e devassidão (50-51), não deixa algumas páginas adiante de ser qualificado como um homem bastante ambicioso e conivente com o tio (63-65), Leopoldo I da Bélgica. Tal como o rei dos belgas também Alberto alimentava a secreta esperança de estender a influência da sua família por toda a Europa e de levar os alemães a (re)ocuparem o espaço e a posição que acreditavam merecer no Velho Continente e a serem aceites como parceiros de pleno direito num mundo em rápida transformação. Embora encarado numa primeira instância

pelos ingleses e pela corte com altivez, desprezo e o habitual preconceito (tratava-se de um príncipe estrangeiro, originário de um pequeno estado nos confins da Alemanha, cuja dimensão mal excedia a de um condado britânico) (61-62, 63-65, 76-79, 83, 144-145), Alberto viria gradual e inteligentemente a vencer a barreira da desconfiança e da xenofobia e a conquistar o coração dos britânicos (102-107, 130-132), alcançando um ascendente e um prestígio social e político que excediam, em boa medida os de um mero consorte. A sua influência irá crescer sobretudo, após salvar a rainha de uma tentativa de atentado em 1840 (82) e ser poucos meses depois designado regente, caso algum infortúnio privasse os súbditos da sua soberana (83). Contudo, só em Outubro de 1857 viria a ser-lhe atribuído o almejado título de príncipe-consorte pelo Parlamento, que havia anteriormente rejeitado sucessivas propostas de Vitória nesse preciso sentido. A este propósito a autora não deixa de sublinhar que o permanente empenho de Alberto em causas sociais (98, 102, 170), como a abolição do tráfico de escravos (97); em questões educativas, como as suas propostas de reforma do ensino na Grã-Bretanha, ou o seu grandioso projecto da Exposição Universal de Londres (136-138, 148-152), concretizada em 1851, ou ainda da sua continuada acção como mecenas das artes, das letras e das ciências (102-107, 113-117, 144-145), foram sem dúvida decisivos para a obtenção do prestígio e ascendente de que viria a gozar na corte e na sociedade britânica em geral.

Porém, a elaboração de uma biografia romanceada da Rainha Vitória não foi o único objectivo traçado por Isabel Machado para o seu romance, já que um dos vectores temáticos enunciados desde logo no subtítulo é a importância assumida pelas relações luso-britânicas ao longo do seu reinado e o carácter paradoxal e mesmo conflituoso assumido pelas mesmas em determinados momentos históricos por demais conhecidos.

Ao longo da sua existência e do seu reinado Vitória acompanha *pari passu* todas as profundas transformações políticas e convulsões sociais operadas em Portugal, desde o período das guerras liberais até ao início do século XX, tendo o seu país, com o seu beneplácito, intervindo nos assuntos internos da nação aliada apenas e sempre que os interesses do Reino Unido nela se jogavam. A rainha Vitória foi pela sua longevidade a única soberana britânica que conheceu em vida cinco monarcas portugueses – D. Maria II, D. Fernando, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos; assistindo a alguns dos momentos mais atribulados e complexos da história de Portugal, feitos de sucessivas crises políticas, instabilidade, conflitos civis e golpes militares. Atónita e por vezes assustada pela volatilidade da situação interna do

reino aliado, Vitória temeu com frequência pela sobrevivência da monarquia em Portugal bem como pelo destino da sua amiga e confidente D. Maria II, de D. Fernando e dos seus sobrinhos, revelando a sua dificuldade em entender o carácter português e a incapacidade demonstrada pelo povo aliado em superar e ultrapassar crises políticas, sociais e económicas, parecendo condenado a repetir ciclicamente os mesmos erros (24, 32, 113, 117-119, 128-130, 139-140).

De acordo com Isabel Machado, a Velha Aliança seria encarada por Vitória como um dos pilares ou eixos centrais da política externa britânica. Haveria, contudo, um profundo fosso entre a amizade sincera nutrida pela soberana inglesa por Portugal e o extremo pragmatismo com que a classe política britânica do seu tempo encarava a Aliança (61-62). A esta última interessava somente manter a pequena nação ibérica na esfera estratégica da Grã-Bretanha, enquanto isso servisse os objectivos expansionistas e hegemónicos da mesma. Nessa medida, na óptica de sucessivos executivos britânicos a Aliança passara a assumir um papel meramente instrumental, servindo essencialmente os desígnios da nação dominante, neste caso o Reino Unido. Assim, a Inglaterra interveio ao longo do século XIX em Portugal, quer militarmente quer por via da pressão diplomática, tendo em vista exclusivamente salvaguardar os seus interesses estratégicos e assumindo-se sobranceiramente como parceiro mais forte e poderoso, sempre numa postura tutelar e paternalista.

A Grã-Bretanha rompe apenas momentaneamente a sua linha política de “esplêndido isolamento” para “acudir” ao seu mais antigo aliado em momentos-chave e sempre muito específicos, alegadamente procurando salvaguardar a independência ou a estabilidade interna de Portugal, mas nunca perdendo de vista os seus interesses e as portas que o seu ascendente sobre a turbulenta Lusitânia lhe abria, sobretudo tendo em conta as suas aspirações expansionistas e ambições imperiais em regiões do Globo como a África Austral (193-194), em que o nosso país mantinha presença ou alguma influência.

Embora a rainha Vitória partilhasse em certa medida esta visão, por servir os interesses do seu reino, na verdade, os laços que a ligavam pessoalmente a Portugal transcendiam os interesses de estado, tese amplamente defendida por Isabel Machado ao longo de todo o romance. De acordo com a autora, essa ligação teria uma forte componente afectiva, tendo em conta não só os laços de amizade seculares que uniam os dois reinos, mas igualmente os elos familiares e de parentesco que passarão a existir a partir do momento em que D. Maria casa

com D. Fernando e Vitória com o Príncipe Alberto. Se, por um lado, a soberana inglesa se sentira desde muito cedo próxima da rainha portuguesa pelo simples facto de serem herdeiras dos respectivos tronos e pelo facto de ambas serem mulheres muito jovens (unidas num pacto de cumplicidade por via de um destino em tudo semelhante) (35-38), depois de celebrados os enlaces matrimoniais respectivos estabelecem-se laços ainda mais estreitos entre as duas famílias reais, que levariam a própria rainha Vitória a apelar episodicamente ao seu governo para que interviesse militarmente, no intuito de assegurar a estabilidade interna do reino aliado ou a própria sobrevivência da Coroa Portuguesa (119, 127-130). Igualadas por um destino em tudo semelhante – ambas mulheres, rainhas e mães – e unidas desde a adolescência por elos de estreita cumplicidade, Vitória e Maria mantiveram um contacto muito estreito, atestado pela correspondência trocada entre ambas, em parte traduzida por Isabel Machado e inserida habilmente no curso da narrativa.

Esta mesma afectividade manifestada para com D. Maria II estendia-se aos jovens infantes portugueses, cuja educação Vitória e Alberto acompanharam, se bem que à distância, com a maior curiosidade. Após a morte da soberana portuguesa, ocorrida em Novembro de 1853, os monarcas britânicos passariam a desempenhar um papel activo e algo tutelar na formação do futuro D. Pedro V e em parte de D. Luís, que se deslocariam por diversas ocasiões à Grã-Bretanha (164-174, 175-182, 271-276). É igualmente sabido que o seu tio, exerceria uma influência decisiva em D. Pedro, que via no príncipe-consorte inglês uma figura paternal e um mentor. Tal como a autora dá a entender, a influência de Alberto sobre o jovem infante D. Pedro (164-174, 175-182) 203-204, 213-214) terá sido por vezes superior àquela que D. Fernando, exercia sobre o próprio filho, com quem alegadamente manteve nalguns momentos uma relação algo tensa (169).

D. Pedro era o jovem príncipe em quem os portugueses e a família real britânica depositavam as maiores esperanças de regeneração do seu reino e que a morte ceifaria prematuramente, deixando o trono nas mãos do seu irmão, D. Luís, personalidade pouco apreciada por Vitória e vista, de um modo geral (e não apenas em Londres) como um estadista de envergadura menor e encarnando traços comportamentais e de carácter que, de algum modo, entravam em choque com a moral aparentemente puritana da soberana inglesa (164-174, 175-182, 249, 255-256, 261, 271-276, 290).

É sobretudo a partir da subida ao trono do infante D. Luís e da intensificação do interesse das potências europeias pelos

territórios africanos e dos primórdios do *scramble for Africa*, com as célebres viagens de reconhecimento do interior das zonas central e austral do Continente Negro, que se assiste a um crescente afrouxamento dos vínculos entre as duas nações aliadas (306-308, 313-326, 335). O sensível declínio das relações luso-britânicas agravar-se-ia notoriamente no reinado de D. Carlos e abriria caminho à crise iniciada pelo conflito de interesses gerado por dois projectos africanos de natureza antagónica – o britânico do Cabo ao Cairo, idealizado por Cecil Rhodes (316-317, 342), e o Mapa Cor-de-Rosa português (315-317, 323-325, 341-343). Estes ambiciosos planos de domínio colonial nutridos pelas duas nações aliadas viriam a gerar uma espiral de tensão política e diplomática entre Portugal e o Reino Unido (352-56, 361-367), que desembocaria no Ultimatum britânico de 1890 (363-368).

É particularmente interessante e cativante a forma como Isabel Machado reconstitui e descreve os acontecimentos históricos que marcaram este período, não apenas através de uma rigorosa síntese dos sucessos políticos, de natureza contextual, mas sobretudo através do olhar e da perspectiva de Vitória, cujo posicionamento em relação ao conflito luso-britânico terá sido complexo e assaz paradoxal (363-364). Assim, se por um lado a soberana temia pelo futuro da nação aliada, onde nunca estivera mas sempre estimara e com a qual mantinha uma estreita ligação afectiva (e que na óptica da autora não deverá ser subestimada), por outro seria pressionada por sucessivos governos, pelo Parlamento, pela opinião pública e pelos *media* a intimidar e ameaçar Portugal, nação que povoara desde a infância o seu imaginário.

Apesar de tentativas posteriores de apaziguamento, de cessação das “hostilidades” e de reconciliação, efectivadas por via diplomática (380) (*e.g.* o Novo Tratado de Windsor, acordo secreto firmado, entre Londres e Lisboa no final de 1899) (390), mas igualmente da visita de estado de D. Carlos à Grã-Bretanha e da atribuição da Ordem da Jarreteira ao monarca português (384), gesto sem dúvida pleno de simbolismo, sublinhado pela autora, a verdade é que a Aliança se tornara meramente formal e política, como qualquer outra (391). Os laços afectivos que haviam unido durante séculos as duas famílias reais haviam-se de algum modo dissipado e desvanecido e nada voltaria a ser como outrora. Com a morte de Vitória terminaria definitivamente uma era nas relações políticas, diplomáticas e culturais entre as duas nações.

No derradeiro episódio do romance (de cariz puramente ficcional), a soberana, já no seu leito de morte, reconhece, com

alguma amargura e lucidez, ter falhado na sua missão de preservar a Aliança, mantendo-a viva, autêntica e funcional, rogando ao filho, futuro Eduardo VII, que durante o seu reinado transformasse as relações com Portugal numa prioridade da sua acção política (394-397), promessa que Bertie viria a cumprir, ao eleger a visita à formosa mas turbulenta Lusitânia como sua primeira viagem de estado (394, 398-99). Eduardo procuraria materializar o sonho que Vitória acalentara desde a adolescência e do seu primeiro encontro com D. Maria II e que a sua progenitora, a rainha que amou e, ainda que relutantemente, ameaçou Portugal nunca chegaria a concretizar.